

Política

FALE COM O EDITOR GLEBERSON NASCIMENTO E-MAIL: politica@redetribuna.com.br

Assembleia vai questionar secretário sobre presídios

Deputados ligados à Comissão de Direitos Humanos querem explicações sobre maus-tratos a presos e falta de investimentos

Luiz Fernando Brumana

Para dar esclarecimentos sobre as denúncias de humilhações contra presos no sistema carcerário no Estado, o secretário da Justiça, Ângelo Rocalli, será indagado hoje pelos membros da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa.

A Casa recebeu denúncias de maus-tratos contra presos no complexo Penitenciário de Viana, na Grande Vitória.

“Chegaram denúncias principalmente de atendimentos não dignos. São vários fatos relatados, como humilhação e tratamento desumano, mas não fala de tortura ou agressão contra presos”, afirmou o presidente da Comissão, o deputado Genivaldo Lievore (PT).

A comissão vai repercutir também, segundo o petista, a situação dos adolescentes infratores no Estado e o cumprimento do Pacto Nacional de Combate à Violência contra as Mulheres em Situação de Prisão.

Além disso, vai ser sugerida alteração no sistema para que os presos tenham condições de estudo e trabalho. Também vai ser tratado o índice de investimento na área.

Roncalli já confirmou que vai comparecer à comissão, às 10 horas. A assessoria de imprensa informou que o secretário vai prestar informações sobre o funcionamento e a política de gestão do sistema penitenciário.

O governador do Estado, Renato Casagrande (PSB), já havia apresentado certa preocupação com o sistema carcerário. Em coletiva de imprensa, na última semana, o socialista afirmou que nesses primeiros três meses de governo foram presas 903 pessoas.



RONCALLI confirmou que vai comparecer às 10 horas para falar sobre o funcionamento do sistema penitenciário

“Isso mostra que a polícia está eficiente, mas mostra um problema sobre investimento nessa área”, ponderou Casagrande.

TRÂNSITO

Também irá à Casa hoje o delegado titular da delegacia de Delitos de Trânsito, Fabiano Contarato, para discutir a prevenção de acidentes e meios capazes de diminuir impunidade no trânsito do Estado.

Ele irá se pronunciar no plenário, o que não agradou alguns deputados, que questionam o fato de colegas desta legislatura suprirem a fase de discurso dos líderes.

“Chegaram denúncias de atendimentos não dignos, como humilhação”

Genivaldo Lievore (PT), deputado

Vereador-assessor será investigado por Promotoria

O Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES) informou que analisa a abertura de procedimento investigativo contra o deputado estadual Henrique Vargas (PRP) e o vereador de São Domingos do Norte e assessor do parlamentar, Evanildo Piffer (PTdoB).

O caso foi publicado com exclusividade por **A Tribuna** no último domingo. Por meio de nota, o Ministério Público informou que, caso sejam apurados os ilícitos denunciados por meio da imprensa, serão tomadas todas as medidas judiciais cabíveis.

Piffer, além de receber R\$ 2.800 como vereador, também ganha R\$ 7.008,60 para atuar como chefe de gabinete (supervisor-geral de gabinete parlamentar).

O deputado informou que vai solicitar à Mesa Diretora um amparo jurídico sobre a situação e, a

partir do parecer da Casa, decidirá sobre a exoneração ou não do vereador.

“Evanildo colocou o cargo à disposição. Mas vou consultar a Mesa Diretora. Ele é fundamental para o meu gabinete, por ser um político experiente”, disse o deputado.

ADRIANO HORTA - 08/04/2011



EVANILDO pôs o cargo à disposição

Projeto de lei proíbe celular em bancos de todo o Estado

Para tentar evitar os assaltos na saída de bancos, o deputado José Esmeraldo (PR) apresentou um projeto de lei que proíbe celular, radiotransmissor, notebook e netbook, tablet, iPad, ou similares nas dependências desses estabelecimentos.

“O projeto objetiva suprir uma lacuna legislativa no Estado acerca desta abominável prática que vem aumentando. Trata-se do crime conhecido como ‘saidinha de banco’, a mais recente tática dos bandidos”, justifica o deputado.

Projeto parecido foi aprovado na Câmara de Vitória, mas depois foi vetado pelo prefeito João Coser (PT).

DIVULGAÇÃO - 01/02/2011



ESMERALDO quer evitar golpes

Proposta muda as regras de ingresso na Polícia Militar

Foi protocolado ontem, na Assembleia Legislativa, projeto oriundo do governo que estabelece normas para ingresso e promoção na Polícia Militar.

Entre as determinações está a necessidade dos militares estaduais possuírem o ensino médio ou equivalente. Também foi definida a idade mínima de 18 anos e máxima de 28 para participar do concurso público.

O líder do governo no Legislativo, deputado Marcelo Coelho (PDT), requereu urgência para o projeto, que deve ser votado hoje, em sessão extraordinária. O pedetista também subiu à tribuna da Casa na sessão de ontem para garantir, entre outras coisas, o fortalecimento do Banestes e falar dos 100 dias de trabalho do governo.